



Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de

Conselheiro Substituto (Auditor)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Direito Constitucional**

1. As constituições dirigentes
 - (A) têm, entre seus objetivos, a transformação social a partir do direito, tendo em vista que vinculam o estado com programas que devem ser seguidos e objetivos que devem ser alcançados.
 - (B) são espécies criadas a partir do constitucionalismo liberal, típico do século XIX, com o objetivo de reduzir o estado a um ente restrito e controlado pelo direito.
 - (C) apresentam, entre as suas características, a necessidade de que os estados que as adotam procedam a uma estatização dos meios de produção e da propriedade privada por consequência.
 - (D) são resultado dos pactos neoliberais da década de 1990, quando estados centrais adotaram novas vias para reduzir o impacto da intervenção estatal em algumas áreas da economia.
 - (E) adotam, como pressuposto, textos constitucionais enxutos, que se limitam a fixar princípios, deixando o restante da sua regulamentação ao legislador ordinário, de modo a não vincular exageradamente futuras gerações.

2. No que diz respeito ao Sistema Tributário Nacional, a Constituição Federal estabelece que as taxas
 - (A) podem adotar, no cálculo de seu valor, algum elemento da base de cálculo característica de um determinado imposto, desde que não exista identidade integral entre a sua base de cálculo e aquela do outro imposto.
 - (B) podem ser instituídas somente em decorrência da utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição.
 - (C) dependem, para serem instituídas, igualmente aos demais tributos, de que o serviço traga ao contribuinte, ainda que em tese, algum benefício potencial ao contribuinte responsável pelo seu pagamento.
 - (D) podem ser instituídas por decorrência do exercício de poder de polícia por parte do ente da federação competente, desde que respeitada a regra nonagesimal prevista no texto constitucional, referente às contribuições sociais.
 - (E) podem adotar o nome de preços públicos, tendo em vista que sua instituição pode decorrer da exploração, potencial ou efetiva, por particular, de um bem ou serviço público.

3. Partido político com representação no Congresso Nacional propõe ação declaratória de constitucionalidade em face da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, comumente denominada Estatuto da Magistratura. Sobre ela, é correto afirmar:
 - (A) Na referida ação, pode determinada associação de juízes pleitear sua participação como *amicus curiae*, desde que comprove que está constituída formalmente há mais de um ano.
 - (B) Há ilegitimidade ativa, tendo em vista que a matéria versada não corresponde aos temas que podem ser tutelados por partidos políticos em ação dessa natureza.
 - (C) Para que a ação tenha seguimento é necessário que o partido político continue a ter, no decorrer do trâmite da ação, ao menos um representante na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.
 - (D) Tal ação não seria admitida, tendo em vista tratar-se de via inadequada para a declaração de validade da lei referida.
 - (E) Deve ser declarada a improcedência da ação, por perda do objeto, caso no decorrer do processamento da ação seja apresentado um novo projeto de lei para regulamentar o tema.

4. Sobre a cláusula de reserva de plenário, prevista na Constituição Federal e objeto de súmula vinculante, é correto afirmar:
 - (A) Os juízes convocados, em caso de participarem de julgamento em que se discuta a questão do controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo nos tribunais, devem se declarar incompetentes para proferir voto.
 - (B) Fica afastada a possibilidade de que os órgãos fracionários dos tribunais declarem a inconstitucionalidade de leis e outros atos normativos, exceto em uma única situação que se verifica quando houver decisão já proferida pelo pleno ou órgão especial do respectivo tribunal.
 - (C) Com a aprovação da súmula vinculante em questão, o Supremo Tribunal Federal reduziu a competência dos juízes de primeiro grau para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, pois exige que aguardem decisão de algum tribunal ao qual se submetam diretamente.
 - (D) Existe a necessidade de que haja maioria absoluta, em qualquer hipótese, dos membros dos órgãos fracionários do tribunal, para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
 - (E) A súmula vinculante mantém a legitimidade dos órgãos fracionários dos tribunais para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo caso haja decisão do Supremo Tribunal Federal no mesmo sentido.

5. Com respeito ao Sistema Tributário Brasileiro, é INCORRETO afirmar:
 - (A) Somente a própria Constituição pode restringir a regra da legalidade tributária.
 - (B) A cota pertencente aos Municípios sobre imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território equivale a 50% do produto da sua arrecadação.
 - (C) A Constituição proíbe a discriminação do contribuinte a partir de critérios baseados em função do tipo e utilização, quando se tratar de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
 - (D) A atribuição de instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana dos municípios é limitada, tendo em vista a existência de imunidade entre os entes federativos, ainda que o bem esteja sob a posse de terceiro, concessionário, que nele exerce atividade econômica.
 - (E) Apesar de a Constituição Federal ser restritiva quanto à criação e majoração da cobrança de tributos, admite a criação de impostos residuais, não previstos expressamente no texto constitucional.



6. Determinada associação civil impôs a expulsão liminar de associado, tendo em vista que seu estatuto afirmava que, caso “proposta a expulsão de associado por motivo que afronte a moral e os bons costumes por outro associado, cabe à diretoria decidir, em um prazo de 10 dias, sobre a sua expulsão”. Nesse caso, à luz da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) a expulsão somente pode ser levada a cabo caso se atribua, ao associado, o direito de se defender regularmente, mas a matéria não é constitucional e não cabe ao Supremo Tribunal Federal analisá-la.
 - (B) a expulsão somente pode se efetivar caso se atribua ao associado o direito de se defender amplamente e a matéria, caso venha a ser questionada regularmente, pode ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal via recurso extraordinário.
 - (C) desde que haja previsão estatutária atribuindo ao associado o direito de recorrer da decisão da diretoria, o caso pode ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal via recurso extraordinário.
 - (D) o caso somente pode ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal após decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça que se entenda contrária à Constituição Federal.
 - (E) a questão, caso judicializada, somente pode ser resolvida em perdas e danos, pois não cabe ao Poder Judiciário reintegrar associado expulso, tendo em vista o laço de confiança que une os membros de uma associação.
-
7. Sobre o poder constituinte, é correto afirmar:
- (A) Sua titularidade se deposita sobre a nação de um Estado.
 - (B) Pode ser caracterizado como uma energia ou força social com natureza pré-jurídica que, a partir da sua manifestação, inaugura uma ordem jurídica, não admitindo que qualquer lei ou constituição que lhe preceda continue a produzir efeitos.
 - (C) Admite-se que a Constituição originária, que decorre dos trabalhos do poder constituinte originário, tenha suas normas declaradas inconstitucionais em função de violação da Constituição anterior.
 - (D) No caso brasileiro, a partir da sua manifestação na modalidade originária, que não encontra na ordem jurídica anterior qualquer controle, inaugura-se uma nova ordem jurídica, para a qual o relacionamento com a ordem anterior pode ser regulado mediante o conceito de recepção.
 - (E) O poder constituinte derivado reformador, que elabora as constituições estaduais nos estados federais, tem as mesmas características do poder constituinte originário, exceto a desvinculação constitucional da ordem jurídica anterior.
-
8. O Constitucionalismo do Estado Novo, no Brasil, apresentou como características:
- (A) Uma Constituição autoritária, outorgada em 1934, que dava ao Presidente da República poderes de expedir decretos-leis sem a devida análise pelo Congresso Nacional.
 - (B) A outorga de uma Constituição, em 1937, que dava amplos poderes ao Presidente da República para fechar ou manter sem funcionamento o Congresso Nacional e pela via dos decretos-leis, governar como única fonte de poder legislativo.
 - (C) A outorga de uma Constituição, em 1941, que acabou por capitular direitos aos trabalhadores e às mulheres pela primeira vez na história constitucional brasileira.
 - (D) A promulgação de uma Constituição, em 1937, que dava ao Presidente da República poderes para decretar intervenção federal em todos os estados da federação.
 - (E) A ausência de uma Constituição por quatro anos, tendo em vista que, em função dele, houve, em São Paulo, uma Revolução Constitucionalista que lutava justamente pela elaboração de um novo texto constitucional.
-
9. O controle jurisdicional de constitucionalidade no Brasil apresenta como característica:
- (A) O controle difuso no Brasil admite que qualquer juiz ou tribunal, a qualquer tempo, declare a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
 - (B) As formas difusa e concentrada, sendo a primeira sempre na modalidade concreta e a segunda sempre na modalidade abstrata.
 - (C) As ações diretas interventivas podem se apresentar na modalidade concentrada e concreta.
 - (D) O controle concentrado e abstrato apresenta, como regra geral, a anulabilidade das leis e atos normativos sindicados.
 - (E) O Supremo Tribunal Federal, como “Guardião da Constituição”, detém o monopólio da declaração da inconstitucionalidade de leis e atos normativos pela via abstrata.
-
10. Os Tribunais de Contas Estaduais, a partir da Constituição Federal de 1988, viram a apresentação de um redesenho de suas atividades. A esse respeito, é INCORRETA a seguinte afirmação:
- (A) Dentre as suas funções dos Tribunais de Contas Estaduais está a fiscalização contábil, orçamentária, operacional, financeira e patrimonial das pessoas estatais e dos entes e órgãos da Administração pública direta e indireta.
 - (B) Os estados-membros não podem extinguir o cargo de auditor nos tribunais de contas estaduais, pois devem manter a estrutura federal como referência.
 - (C) Os Tribunais de Contas Estaduais devem exercer suas atividades fiscalizatórias inclusive quanto a particulares, desde que os recursos recebidos sejam de origem pública.
 - (D) Os estados-membros detêm ampla liberdade no processo de composição dos seus tribunais de contas, podendo, quanto à investidura dos seus membros, fixar livremente a escolha por parte do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa, sem os requisitos de proporcionalidade existentes em âmbito federal.
 - (E) Compete aos tribunais de contas estaduais enviar o projeto de lei à Assembleia Legislativa em caso de necessidade de alterar seu funcionamento e organização.



11. Em relação à competência do Congresso Nacional para fixar os vencimentos dos Deputados Federais e Senadores, referida na Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) Não se admite que, no âmbito dos subsídios dos congressistas, sejam adicionados quaisquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
 - (B) Exige-se que sejam fixados subsídios idênticos aos Deputados Federais e Senadores, o que será feito por Resolução do Presidente do Congresso Nacional.
 - (C) Não se admite que os congressistas, por lei, deixem de fazer incidir sobre seus subsídios o Imposto de Renda e Proventos de qualquer natureza.
 - (D) Os subsídios dos congressistas federais têm como limite constitucional o subsídio do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Os subsídios dos congressistas federais não podem superar aqueles fixados para o Presidente da República.
-
12. O processo legislativo, conforme inscrito no texto constitucional, apresenta fases distintas, com suas respectivas características, podendo-se afirmar:
- (A) Caso, na fase de deliberação congressual, não for o projeto aprovado em uma das casas, cabe à casa em que este se originou, se entender politicamente possível, reapresentá-lo em regime de urgência.
 - (B) Na fase de deliberação congressual, admite-se que, após aprovado o projeto de lei pelas comissões que se ocupam da análise da constitucionalidade do projeto, seja dispensada a manifestação do plenário.
 - (C) Nos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, os parlamentares estão proibidos de apresentarem emendas que impliquem aumento de despesas, devendo, se for o caso, voltar o projeto ao que lhe deu início para sua alteração.
 - (D) Na fase de deliberação congressual, respeitando o princípio do bicameralismo federal, caso haja alteração do projeto em uma das casas, as alterações devem ser analisadas, mediante retorno, pela casa em que se originou o projeto, exceto nos casos em que as mudanças somente afetaram temas que não envolvem direitos fundamentais.
 - (E) Na fase de deliberação presidencial, o veto pode ser tanto em razão de inconstitucionalidade quanto de oportunidade, devendo, em tais casos, voltar o projeto de lei ao Congresso Nacional para análise do veto em sessão em que a votação será secreta.
-
13. Em sede de ação direta de inconstitucionalidade,
- (A) no sistema constitucional brasileiro, a teoria da anulabilidade é a regra.
 - (B) admite-se a utilização das técnicas de decisão denominadas interpretação conforme à constituição e declaração de nulidade parcial sem redução de texto.
 - (C) admite-se a participação de *amici curiae* nos casos em que o próprio STF requisitar a sua participação.
 - (D) a intervenção de terceiros é admitida quando a parte comprova ter interesses envolvidos no processo em andamento.
 - (E) a legitimidade ativa do Conselho Federal da OAB está limitada a matérias que envolvam interesses de advogados.
-
14. Os sigilos bancário e fiscal, constantes do longo catálogo de direitos previsto na Constituição Federal, apresentam elementos que os fazem uma importante proteção contra os excessos praticados pelo estado. Nesse sentido, NÃO se admite que
- (A) seja determinada a quebra de sigilo de congressista federal no exercício de função, exceto se devidamente fundamentada pelo juiz de primeiro grau no caso concreto.
 - (B) sejam quebrados tais sigilos sem que seja oferecida, ainda que em fase de investigação preliminar, o direito ao contraditório.
 - (C) a comissão parlamentar de inquérito quebre tais sigilos sem que haja decisão judicial anterior.
 - (D) sejam, em fase de inquérito, compartilhados dados com a Receita Federal, para que esta instrua procedimento próprio com o objetivo de produzir provas contra contribuinte investigado.
 - (E) a Receita Federal quebre sigilo fiscal de contribuinte, sem autorização judicial, exceto em caso de urgência.
-
15. O controle preventivo de constitucionalidade no Brasil apresenta uma variedade de características, dentre as quais se verifica:
- (A) Em sede política, deve ocorrer mediante os trabalhos das comissões parlamentares com tal competência, que proferem pareceres definitivos no âmbito do processo legislativo.
 - (B) Em via jurisdicional, deve ocorrer por via das modalidades de controle abstrato e concentrado previstas no sistema constitucional brasileiro.
 - (C) Em sede de processo legislativo, ocorre nas comissões competentes para análise da constitucionalidade dos projetos de lei, podendo o relator ser derrotado, mediante votação, mesmo comprovando a inconstitucionalidade do projeto de lei.
 - (D) A atribuição do Presidente da República para se utilizar do veto em função de inconstitucionalidade deve ser utilizada com parcimônia, somente podendo fazê-lo em projetos de lei ordinária.
 - (E) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, a partir de sua regulamentação, passou a cumprir, em sede de controle concentrado, a função de controlar preventivamente a constitucionalidade de leis.

**Direito Administrativo**

16. Suponha que o Estado pretenda criar um centro administrativo para alocar diversos órgãos públicos, objetivando a modernização e ampliação de serviços de atendimento aos cidadãos, bem como a racionalização de despesas. Uma das alternativas aventadas foi a celebração de um contrato de Parceria Público-Privada – PPP tendo por objeto a construção do referido equipamento público, sua manutenção e prestação de serviços de apoio administrativo. De acordo com a legislação aplicável,
- (A) não é cabível a adoção de PPP, eis que tal modalidade contratual não admite, em seu objeto, a prestação de serviços à Administração pública como usuária direta.
 - (B) pode ser adotada a modalidade concessão patrocinada, desde que os investimentos necessários sejam suportados com recursos obtidos pela cobrança de taxas ou emolumentos dos usuários.
 - (C) somente será cabível a adoção de PPP, na modalidade concessão patrocinada ou administrativa, se o objeto não contemplar a prestação direta de serviços aos usuários.
 - (D) poderá ser adotada a modalidade concessão administrativa, desde que o valor do contrato seja superior a R\$ 20 milhões e o objeto contemple os serviços precedidos da realização da obra pública.
 - (E) não é cabível a utilização de PPP, que não permite a construção de equipamentos públicos e sim apenas a sua manutenção e operação.
-
17. A Administração pública estadual contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a execução de obras para a ampliação de hospital. A empresa contratada executou quase a integralidade das obras, porém não conseguiu concluí-las em função de problemas financeiros supervenientes, o que levou a Administração a rescindir o contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A Administração objetiva iniciar o funcionamento do referido hospital com a maior brevidade possível, haja vista a insuficiência de leitos disponíveis na rede pública e, além disso, teme que a estrutura já construída se deteriore e ofereça risco de desabamento. Considerando os permissivos constantes da Lei nº 8.666/1993, poderá ser dispensada licitação
- (A) somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência.
 - (B) para a contratação do remanescente da obra, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e o preço nela ofertado pelo licitante a ser contratado, devidamente corrigido.
 - (C) para a contratação de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mediante justificativa circunstanciada da autoridade competente.
 - (D) desde que a nova licitação não possa ser concluída no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias ou que, instaurado novo certame, ao mesmo não acudam interessados.
 - (E) desde que caracterizada situação de emergência com risco de prejuízo à saúde ou segurança pública e o valor estimado das obras remanescentes seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
-
18. A Administração pública estadual pretende realizar investimentos em obras para melhoria da mobilidade urbana, especialmente em sistemas metro-ferroviários, mais especificamente monotrilhos. Ocorre que, em experiências anteriores, verificou-se a grande dificuldade de concatenar as licitações e contratações para a realização dos projetos básicos necessários e a realização das obras propriamente ditas. Além disso, muitas vezes os projetos básicos apresentavam-se incompletos ou deficientes, gerando discussões, no âmbito dos contratos de obras, acerca de custos adicionais, ensejando pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro. Diante desta experiência e tendo em mente que a execução das obras para a construção e o fornecimento de sistemas e material rodante dos monotrilhos pressupõem tecnologia de domínio restrito no mercado, a Administração deseja que um único contratado se encarregue de todas as etapas necessárias para consecução do objeto. De acordo com a legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos, o contrato poderá ser celebrado na modalidade
- (A) Empreitada integral, que compreende a contratação do empreendimento em sua integralidade, incluindo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessários, sob a responsabilidade da contratada, que também fica responsável pelo projeto básico ou executivo, conforme cabível, atendidos os requisitos técnicos e de segurança estrutural e operacional.
 - (B) Contratação integrada, que compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, caso as obras em questão estejam incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
 - (C) Concessão de obra pública, que transfere à concessionária a responsabilidade pelo estabelecimento dos requisitos técnicos do projeto, constantes do projeto básico por ela realizado, ficando o retorno da exploração econômica do empreendimento por sua conta e risco.
 - (D) Concessão patrocinada, que autoriza que a licitação seja instaurada apenas com as diretrizes técnicas do projeto, podendo o projeto básico ser realizado e apresentado pelo parceiro privado, desde que assim previsto no edital e que as obras em questão estejam relacionadas com Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica.
 - (E) Regime Diferenciado de Contratações Públicas, em quaisquer das modalidades nele previstas, desde que as referidas obras estejam inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, podendo ser dispensada a realização de projeto básico, ficando a cargo da contratada a realização do projeto executivo e a responsabilidade pela entrega final do objeto em condições técnicas adequadas.



19. Considere que o Estado tenha adquirido participação minoritária no capital social de uma empresa privada, a título de fomento aos investimentos por esta realizados em inovação tecnológica e, por força de acordo de acionistas, eleja um representante no Conselho de Administração da companhia. Ocorre que o diretor financeiro da empresa praticou uma série de atos de gestão que importaram significativo prejuízo financeiro e patrimonial à empresa. De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/1992,
- (A) apenas o representante do Estado está sujeito à penalização por ato de improbidade administrativa, que engloba também condutas omissivas.
 - (B) apenas o diretor da empresa está sujeito à penalização por ato de improbidade administrativa, que pressupõe conduta comissiva.
 - (C) todos aqueles que se beneficiaram, direta ou indiretamente, da conduta em questão, estão sujeitos às penalidades por improbidade administrativa.
 - (D) apenas aqueles que agiram com dolo e que obtiveram enriquecimento ilícito podem ser apenados por improbidade administrativa.
 - (E) nenhum dos apontados está sujeito às penas previstas na referida Lei, tendo em vista não se tratar de entidade integrante da Administração pública direta ou indireta.
-
20. A Secretaria Estadual de Cultura instituiu um programa voltado a crianças estudantes da rede pública, consistente em visitas guiadas a museus e concertos. Ocorre que, no decorrer do ano, em face do redirecionamento de recursos orçamentários para outras áreas que o Estado entendeu prioritárias, descontinuou as atividades programadas mediante o encerramento do programa, denunciando o convênio entre a Secretarias estaduais envolvidas, de Cultura e de Educação, e entidades do setor privado. Estas últimas, em face dos compromissos assumidos em razão do convênio, questionaram a legalidade da postura adotada. A atuação da Administração pública na situação narrada,
- (A) não encontra respaldo nos princípios aplicáveis à Administração pública, eis que o ato em questão somente poderia ser revogado por vício de legalidade.
 - (B) decorre do poder de tutela inerente à atividade administrativa, que permite a revisão *ex officio* de seus atos por razões de legalidade.
 - (C) fundamenta-se no poder hierárquico, pressupondo a anulação de atos praticados por autoridades subordinadas, por razões de mérito.
 - (D) é expressão do princípio da mutabilidade dos atos administrativos, a qual, contudo, encontra seus limites nas expectativas de direito por estes geradas.
 - (E) traduz a discricionariedade dos atos administrativos, que permitem a sua revogação com base em razões de conveniência e oportunidade.
-
21. A disciplina legal dos consórcios públicos, alicerçada na Lei nº 11.107/2005, estabelece a
- (A) aplicação do referido regime jurídico, em caráter subsidiário, aos consórcios de empresas privadas que participam de licitações públicas.
 - (B) obrigatoriedade de lei autorizando o contrato de consórcio, a qual poderá ser dispensada quando existente prévio protocolo de intenções.
 - (C) possibilidade de contratação direta do consórcio, com dispensa de licitação, por entidades da Administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados.
 - (D) obrigatoriedade de participação do Estado membro, como ente consorciado, quando participem do consórcio público três municípios ou mais.
 - (E) obrigatoriedade de participação da União, como interveniente, quando participem do consórcio mais de um Estado membro.



22. A atuação de organizações sociais, na forma disciplinada pela Lei nº 9.637/1998, corresponde
- (A) à prestação de serviço público, mediante permissão.
 - (B) à execução de atividade de interesse público, sob regime privado.
 - (C) à concessão de serviço público em caráter suplementar à atuação do poder público.
 - (D) à autorização para prestação de serviço público sob regime publicístico.
 - (E) ao desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado.
-
23. Determinado empregado de empresa estatal prestadora de serviço público de saneamento, ao executar reparos emergenciais na rede coletora de esgotos, causou danos em imóvel comercial, redundando em prejuízos para o proprietário, inclusive com a necessidade de fechamento temporário do estabelecimento. Na situação narrada,
- (A) a responsabilidade da empresa e do empregado são de natureza subjetiva, dado que este não se caracteriza como agente público.
 - (B) somente na hipótese de responsabilidade subjetiva do empregado é que a empresa poderá ser responsabilizada pelos prejuízos sofridos pelo proprietário.
 - (C) é afastada a responsabilidade objetiva, dado o regime jurídico de direito privado a que se submete a empresa estatal.
 - (D) a empresa é responsável pelos danos sofridos pelo proprietário, independentemente de dolo ou culpa do empregado.
 - (E) o proprietário terá direito à indenização pelos prejuízos sofridos apenas se caracterizada falha na prestação do serviço consistente na conduta culposa do agente.
-
24. No curso da execução de contratos celebrados pelo Estado para prestação de serviços de natureza continuada, como vigilância e limpeza, sobreveio alteração da legislação tributária federal, com redução da carga tributária suportada pelas empresas contratadas, consistente na desoneração da folha de pagamentos. Diante de tal fato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993,
- (A) descabe reequilíbrio econômico-financeiro a favor da Administração, que poderá, contudo, deixar de aplicar o reajuste anual dos referidos contratos.
 - (B) na hipótese de comprovada repercussão da alteração nos preços contratados, estes deverão ser revistos, ainda que a revisão importe em redução dos mesmos.
 - (C) deverá ser instaurada auditoria para verificar o impacto da medida na margem de lucro das empresas contratadas, de forma a mantê-la nos mesmos patamares da data de oferecimento das propostas.
 - (D) o impacto da desoneração tributária beneficia as empresas contratadas, não podendo ser apropriado pela Administração contratante mediante revisão dos preços contratados.
 - (E) resta caracterizada álea econômica extraordinária, que autoriza a Administração a rescindir os contratos celebrados e instaurar novas licitações para obter preços compatíveis com as novas condições econômicas.
-
25. De acordo com a Constituição Federal e a Lei nº 8.666/1993, os bens públicos
- I. dependem, em regra, de prévia autorização legislativa para alienação.
 - II. são imprescritíveis, o que significa que não são alcançados em execuções por dívidas.
 - III. caracterizam-se como dominicais, quando afetados a finalidade pública.
 - IV. os de uso especial não estão protegidos pela impenhorabilidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I.

**Direito Financeiro**

26. A contribuição de melhoria é uma espécie de tributo que tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente de obra pública. À luz do Direito Financeiro, a contribuição de melhoria é receita
- (A) derivada da espécie corrente e serve para recompor despesa de capital da espécie investimento.
 - (B) originária da espécie corrente e serve para custear despesa corrente da espécie custeio.
 - (C) derivada da espécie de capital e serve para recompor despesa corrente da espécie transferência corrente.
 - (D) corrente da espécie originária e serve para recompor despesa de custeio.
 - (E) de capital da espécie derivada e serve para custear auxílios para obras públicas.
-
27. Uma reforma tributária feita por Emenda Constitucional e que venha a alterar as competências constitucionais tributárias, suprimindo impostos de competência dos Municípios, Estados e Distrito Federal e concentrando a arrecadação a partir de um imposto único sobre a cadeia produtiva de competência da União, afetando, na prática, a arrecadação fiscal daqueles entes
- (A) vai caracterizar renúncia de receita e, portanto, depende de cumprimento das exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (B) é inconstitucional porque vai caracterizar renúncia de receita.
 - (C) não caracteriza renúncia de receita, ainda que na prática caracterize perda de receita para os entes políticos afetados, já que realizada no âmbito constitucional, não se submetendo a regras fixadas em lei complementar vigente.
 - (D) vai interferir diretamente no orçamento que estiver em vigor e no plano plurianual, razão pela qual vai ter que vir atrelado às medidas previstas na Constituição para renúncia de receita.
 - (E) se trata tecnicamente de renúncia fiscal de receita, mas será tipificada como realocação de receitas, que passam a ser da União, já que realizada no âmbito constitucional, com medidas de compensação que devem ser compatíveis com as medidas legais para renúncia de receita.
-
28. O demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita deve constar
- (A) da Lei Orçamentária Anual.
 - (B) do Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) do Plano Plurianual.
 - (D) apenas da lei que está realizando a renúncia de receita.
 - (E) da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal.
-
29. A partir da sistemática normativa constitucional que disciplina e orienta a matéria, é correto afirmar que o Plano Plurianual
- (A) não poderá ter seu período de vigência ultrapassado por nenhum outro plano.
 - (B) tem que ser aprovado até 31 de agosto do primeiro ano do mandato do Chefe do Executivo.
 - (C) estabelece de forma regionalizada as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital e orientando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
 - (D) traz previsão de todas as despesas, ou seja, despesas de capital e despesas corrente, definindo a longo prazo suas destinações.
 - (E) tem vigência de 4 anos a contar do segundo exercício financeiro do mandato do Chefe do Executivo, até o fim do primeiro exercício financeiro do novo mandato do Chefe do Executivo.
-
30. Dentro da política de responsabilidade fiscal das dívidas públicas, compete ao Senado Federal aprovar
- (A) Decreto do Presidente da República que fixa os limites da dívida pública consolidada de todos os entes federados.
 - (B) por Decreto Legislativo os limites globais para o montante da dívida pública mobiliária dos entes federados, previamente fixados em proposta do Presidente da República.
 - (C) Projeto de Lei de Iniciativa do Presidente da República com os limites globais para o montante das dívidas públicas de todos os entes federados.
 - (D) por Resolução de proposta do Presidente da República com os limites globais para o montante da dívida pública consolidada da União, Estados e Municípios.
 - (E) por Resolução de proposta do Presidente da República com os limites globais para o montante da dívida pública mobiliária da União.



31. Considerando os limites da dívida pública consolidada, é correto afirmar que
- (A) a verificação é efetuada bimestralmente no último exercício do mandato do Chefe do Executivo e quadrimestralmente nos demais exercícios.
 - (B) quando ultrapassa os limites ao final de um quadrimestre, deve ser reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
 - (C) a divulgação da relação dos entes que ultrapassaram os limites das dívidas públicas é feita quadrimestralmente pelo Ministério da Fazenda.
 - (D) fica autorizada, em caso de excesso no último ano do mandato do Chefe do Executivo, a imediata realização de operações de crédito por antecipação de receita para restabelecer os limites.
 - (E) verificado o desatendimento do limite o ente fica imediatamente, a partir da divulgação pelo Ministério da Fazenda, impedido de receber transferências voluntárias da União ou Estado, conforme o caso.
-
32. Previsão na lei orçamentária de determinado Estado de despesa consistente em pagamento de bonificação a produtores de determinado gênero alimentício cuja produção deva ser estimulada é tipificada como
- (A) transferência corrente.
 - (B) investimento.
 - (C) inversão financeira.
 - (D) transferência de capital.
 - (E) despesa de custeio.
-
33. O adiantamento
- I. é sempre precedido de empenho na dotação própria.
 - II. é aplicável a todos os casos de despesas não expressamente definidas em lei.
 - III. consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
 - IV. tem cabimento para aquisição de material e equipamento em situação que não caracteriza excepcionalidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.
-
34. É constitucionalmente admitida a vinculação de receita de impostos na hipótese de
- (A) operações de crédito por antecipação de receita.
 - (B) subvenções.
 - (C) ingressos extraorçamentários.
 - (D) transferências correntes.
 - (E) operação intraorçamentária.
-
35. O Anexo de Metas Fiscais, previsto na Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) deve acompanhar o projeto do Plano Plurianual, com as metas anuais relativas a receitas e despesas e montante da dívida pública para os quatro exercícios de vigência da lei.
 - (B) traz o resultado primário dos quatro exercícios de vigência do PPA, que equivale ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito e as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações).
 - (C) traz critérios e forma de limitação de empenho, bem assim as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados de programas financiados com recursos do orçamento.
 - (D) inclui o relatório de Riscos Fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
 - (E) estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

**Direito Penal**

36. O Código Penal adota no seu art. 13 a teoria *conditio sine qua non* (condição sem a qual não). Por ela,
- (A) imputa-se o resultado a quem também não deu causa.
 - (B) a causa dispensa a adequação para o resultado.
 - (C) a ação e a omissão são desconsideradas para o resultado.
 - (D) tudo que contribui para o resultado é causa, não se distinguindo entre causa e condição ou concausa.
 - (E) a omissão é penalmente irrelevante.
-
37. São elementos da tentativa:
- (A) início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo e culpa.
 - (B) início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo.
 - (C) início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; culpa consciente.
 - (D) atos preparatórios; Início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo e culpa.
 - (E) atos preparatórios; Início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo.
-
38. Nas hipóteses de excludentes de ilicitude
- (A) o agente criminoso responderá pelo excesso doloso e culposo nos casos de estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito e coação irresistível.
 - (B) o agente criminoso responderá pelo excesso doloso e culposo nos casos de estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito, coação irresistível e obediência hierárquica.
 - (C) o agente criminoso responderá pelo excesso doloso e culposo nos casos de legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e obediência hierárquica.
 - (D) o agente criminoso responderá pelo excesso doloso e culposo nos casos de estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito.
 - (E) não há excesso doloso ou culposo.
-
39. Bernardo, funcionário público, ordenou que Luciana, contribuinte, quitasse tributo indevido. Anteriormente à entrega deste valor, desistiu da ordem. Conquanto esta atitude, Luciana entendeu por bem entregar o numerário a Bernardo que o recebeu e o desviou depois do recolhimento ao tesouro público. Bernardo praticou
- (A) fato atípico, por ausentes elementos do tipo penal.
 - (B) excesso de exação.
 - (C) excesso de exação qualificada.
 - (D) peculato na modalidade furto.
 - (E) peculato na modalidade apropriação.
-
40. A perda de cargo, função ou mandato eletivo, como efeito extrapenal de condenação, requer
- (A) condenação igual ou superior a dois anos nos crimes praticados com abuso de poder ou na violação do dever para com a Administração pública e condenação por tempo superior a quatro anos nos demais casos.
 - (B) condenação igual ou superior a um ano nos crimes praticados com abuso de poder ou na violação do dever para com a Administração pública e condenação por tempo superior a cinco anos nos demais casos.
 - (C) condenação igual ou superior a um ano nos crimes praticados com abuso de poder ou na violação do dever para com a Administração pública e condenação por tempo superior a quatro anos nos demais casos.
 - (D) imprescritibilidade do delito cometido.
 - (E) condenação igual ou superior a um ano em todos os crimes praticados contra a Administração pública.

**Direito Civil**

41. Considere o seguinte texto de Amílcar de Castro: *Denomina-se retorno certo modo de interpretar as normas de direito internacional privado que leva à consequência de substituir-se o sistema nacional por sistema estrangeiro. Não se trata de questão de direito internacional privado, mas de hermenêutica jurídica, conjunto de regras de interpretação das leis* (Direito Internacional Privado – 1º volume – pag. 277 – Edição Revista Forense, 1956).

Sobre esse tema, a lei brasileira

- (A) admite em certas circunstâncias e em outras proíbe o retorno.
 - (B) é omissa.
 - (C) proíbe o retorno.
 - (D) permite o retorno em qualquer circunstância.
 - (E) só permite o retorno quando em razão dele for beneficiado cidadão brasileiro ou pessoa jurídica brasileira.
-
42. O menor relativamente incapaz
- (A) não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.
 - (B) que assumir uma obrigação sempre poderá pleitear-lhe a anulação, depois que atingir a maioridade, pois cabe à outra parte pedir a comprovação da capacidade da pessoa com quem contrata.
 - (C) que celebrar contrato com outra pessoa relativamente incapaz em nenhuma circunstância poderá pedir-lhe a anulação, porque se presume o dolo bilateral.
 - (D) que celebrar negócio jurídico assistido por seus pais, poderá pleitear sua anulação, depois que atingir a maioridade, provando o prejuízo, porque a lei garante-lhe o benefício da restituição.
 - (E) não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade, ainda que não a tenha ocultado quando inquirido pela outra parte, ou se no ato de obrigar-se tenha se declarado menor, porque a lei presume que o relativamente incapaz não é totalmente privado de entendimento.
-
43. Joaquim, sendo devedor de Pedro e não tendo condições financeiras para quitar a dívida, cedeu a este os direitos hereditários que afirmava ter, por ser filho de Antônio, que se encontrava moribundo e veio a falecer um dia após a celebração daquele negócio. Aberto o inventário de Antônio, Pedro, com a concordância de Joaquim, requereu ao juiz que lhe adjudicasse a cota parte dos bens que coubessem a Joaquim, mas o juiz indeferiu o pedido. Essa decisão é
- (A) correta, porque o negócio celebrado entre Joaquim e Pedro é nulo, podendo a nulidade ser declarada de ofício.
 - (B) incorreta, porque o negócio celebrado entre Joaquim e Pedro é anulável e só os interessados poderiam arguir essa nulidade, sendo defeso dela o juiz conhecer de ofício.
 - (C) correta, desde que tenha havido impugnação dos demais herdeiros, porque são interessados na aquisição da cota parte cabente a Joaquim na herança.
 - (D) incorreta, porque somente o Ministério Público poderia ter a iniciativa de promover a anulação do negócio celebrado entre Joaquim e Pedro.
 - (E) incorreta, porque o negócio celebrado entre Joaquim e Pedro só era ineficaz até a morte de Antônio, convalidando-se após.
-
44. Um agricultor, encontrando abandonado um imóvel rural pertencente ao Estado, onde funcionara um campo de experiências e pesquisas agropecuárias, nele passou a cultivar com sua família. Passados 20 anos, o Estado ajuizou ação reivindicatória, para reaver a posse do imóvel, com base em título de domínio. O agricultor, em contestação, alegou ter se tornado proprietário da área por usucapião, em virtude do lapso de tempo decorrido e do abandono do imóvel pelo Estado. A ação reivindicatória deverá ser julgada
- (A) improcedente, porque o abandono da área implica desafetação tácita e o imóvel se transformou em bem dominical, que o Estado possui, como objeto de direito real, nas mesmas condições que os particulares.
 - (B) improcedente, porque o abandono da área implica a perda de sua função social.
 - (C) procedente, porque aquela área não era passível de aquisição por usucapião.
 - (D) procedente, exceto se por algum modo o Estado haja interrompido a prescrição aquisitiva, antes de sua consumação.
 - (E) improcedente, porque a área, desde que abandonada, passou à categoria de terra devoluta, passível de aquisição a qualquer título como bem particular.
-
45. Têm domicílio necessário
- (A) apenas os oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.
 - (B) os profissionais liberais, os servidores públicos e os diplomatas.
 - (C) os itinerantes, os profissionais liberais e os incapazes.
 - (D) somente os titulares de cargos eletivos, enquanto durar o respectivo mandato.
 - (E) os incapazes, os militares e os presos condenados por sentença.

**Direito Processual Civil**

46. De acórdão do Tribunal de Justiça que, em apelação, der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal e, ao mesmo tempo, julgar válida lei local contestada em face de lei federal caberá
- (A) respectivamente, recurso extraordinário e recurso especial.
 - (B) apenas recurso especial.
 - (C) apenas recurso extraordinário.
 - (D) respectivamente, recurso especial e recurso extraordinário.
 - (E) recurso especial e agravo nos próprios autos.
-
47. A sentença ou acórdão que denegar a ordem no mandado de segurança:
- (A) em nenhuma hipótese produz coisa julgada material.
 - (B) com ou sem apreciação do mérito, não impede que se busque em ação de procedimento comum a satisfação do direito.
 - (C) condenará o impetrante ao pagamento de custas e honorários advocatícios.
 - (D) em virtude de ausência de liquidez e certeza do direito, não impede que se busque em ação de procedimento comum a satisfação do direito.
 - (E) impede a renovação do pedido, ainda que dentro do prazo decadencial, tenha ou não a decisão denegatória apreciado o mérito.
-
48. Falecendo o devedor, contra seu espólio foi movida execução por quantia certa, tendo como título executivo uma nota promissória por aquele emitida. Verificando o credor que o inventário era negativo, por não existirem bens, indicou à penhora seguro de vida de que era beneficiária a viúva, que fora casada sob o regime da comunhão universal de bens. Neste caso, o seguro
- (A) poderá ser penhorado e o que sobejar da indenização será entregue à beneficiária.
 - (B) não poderá ser penhorado e a execução deverá ser extinta.
 - (C) não poderá ser penhorado e a execução deverá ser suspensa.
 - (D) poderá ser penhorado, mas à viúva se permite opor ao credor apenas exceções que lhe sejam pessoais.
 - (E) poderá ser penhorado, mas à viúva se permite opor ao credor somente as exceções pessoais que tinha o falecido.
-
49. A sentença que julga procedentes os embargos do devedor tem natureza
- (A) constitutiva negativa.
 - (B) condenatória.
 - (C) meramente declaratória.
 - (D) mandamental.
 - (E) determinativa.
-
50. Considere as seguintes afirmações:
- I. A escrituração contábil é indivisível; se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto como unidade.
 - II. Trata-se de presunção absoluta a seguinte disposição legal: "O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença".
 - III. Quando contiver declaração de ciência relativa a determinado fato, o documento particular prova a declaração, mas não o fato declarado.
 - IV. O juiz pode, de ofício, ordenar à parte a exibição parcial dos livros e documentos, extraindo-se deles a suma que interessar ao litígio, bem como reproduções autenticadas, mas só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas a sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.
 - V. As cartas, bem como os registros domésticos, não podem em nenhuma circunstância fazer prova contra quem os escreveu, por violarem o direito à intimidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) I, III e IV.

**Direito Tributário**

51. Um cidadão cria uma organização religiosa (igreja), com inscrição no CNPJ e demais órgãos competentes, e passa a adquirir bens imóveis (apartamentos de alto padrão e veículos automotores importados e de luxo) em nome desta nova organização. Neste caso, sobre a incidência de impostos por fatos geradores praticados por esta organização religiosa é correto afirmar que
- (A) não há incidência de impostos por existir lei federal concessiva de isenção de impostos para organização religiosa (templo de qualquer culto).
 - (B) só haverá imunidade de impostos para patrimônio, renda e serviços relacionados com as finalidades essenciais da organização religiosa.
 - (C) não há incidência de tributos por existir lei federal concessiva de isenção de impostos para organização religiosa (templo de qualquer culto).
 - (D) só haverá imunidade de tributos para patrimônio, renda e serviços relacionados com as finalidades essenciais da organização religiosa.
 - (E) haverá imunidade para todos os tributos relacionados com a organização religiosa (templo de qualquer culto).
-
52. A capacidade tributária ativa
- (A) pressupõe que somente o titular da competência tributária possui capacidade tributária.
 - (B) não pode ser delegada ou deixar de ser exercida, sob pena de caracterizar renúncia de receita.
 - (C) pode ser delegada por lei, desde que o produto da arrecadação permaneça com o ente delegante.
 - (D) admite sub-rogação de direitos tributários no caso de cisão de pessoas políticas por desmembramento territorial.
 - (E) para instituir tributo exclui as pessoas jurídicas de direito privado.
-
53. “O sujeito passivo, tão logo seja inaugurada a relação obrigacional, tem o dever de apurar o montante devido, efetuar o pagamento no prazo estabelecido em lei, fazer declarações tempestivas e recolher a importância devida antes de qualquer manifestação da Fazenda Pública” (DERZI, Misabel Abreu Machado, in: NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 359). Considerando as lições acima descritas, o
- (A) prazo para homologação do pagamento antecipado é de 5 anos a contar do pagamento, salvo dolo, fraude ou simulação.
 - (B) prazo para pagamento antecipado no lançamento por declaração é de 5 anos a contar da ocorrência do fato gerador.
 - (C) lançamento por declaração traz inserta a obrigação principal de fazer declarações previstas em lei para que o fisco tenha meios de realizar o lançamento.
 - (D) não pagamento antecipado importa em lançamento de ofício pelo sujeito passivo da obrigação tributária.
 - (E) lançamento por homologação pressupõe que o sujeito passivo faz o pagamento antecipado do tributo após ter praticado fato imponible.
-
54. Em caso de calamidade pública decorrente de desastre natural, a concessão de isenção de IPTU caracteriza
- (A) medida ilegal, pois não pode haver isenção sem relação direta com supressão de algum aspecto da hipótese de incidência.
 - (B) isenção geral, que pode ser revogada caso o contribuinte não se enquadre especificamente na previsão legal.
 - (C) medida que pode ser concedida por decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que específica às regiões afetadas e por prazo determinado.
 - (D) isenção específica que dispensa lei por ser concedida em caráter excepcional, alcançando todos os contribuintes da região alcançada pelo reconhecimento de calamidade pública.
 - (E) medida restrita a determinada região do território da entidade tributante, mas de caráter geral a todos os contribuintes lá situados, podendo coincidir ou não com a ocorrência do fato gerador.
-
55. Lei publicada no Diário Oficial em dezembro de 2014 que exclui multa fiscal incidente sobre descumprimento de determinada obrigação tributária
- (A) só se aplica às infrações que vierem a ser praticadas após a vigência da nova lei, que acontecerá noventa dias a contar de sua publicação.
 - (B) tem eficácia para infrações praticadas antes da entrada em vigor da lei, desde que não tenha havido julgamento definitivo da mesma em caso concreto.
 - (C) tem aplicação imediata apenas para as infrações cometidas a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da sua publicação.
 - (D) alcança todas as infrações pretéritas desde que a infração tenha sido por descumprimento de obrigação tributária acessória.
 - (E) poderá retroagir para alcançar infrações pretéritas que ainda não tenham sido notificadas ao infrator desde que haja expressa disposição legal.

**Controle Externo**

56. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para a realização de gastos com pessoal pelo Poder Público e cabe aos Tribunais de Contas a apuração desses cálculos. Caso seja constatado que a despesa de determinado Poder tenha atingido o correspondente a 93% do limite a ele estabelecido, o Tribunal de Contas deverá
- (A) julgar as contas irregulares.
 - (B) julgar as contas irregulares com ressalvas.
 - (C) alertar o Poder de que foi ultrapassado o patamar de 90% do limite.
 - (D) cientificar o Ministério Público Estadual.
 - (E) abrir tomada de contas especial.
-
57. Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE decidir sobre consulta formulada por
- (A) autoridade competente.
 - (B) autoridade competente ou qualquer cidadão.
 - (C) autoridade competente, qualquer cidadão ou partido político.
 - (D) autoridade competente, qualquer cidadão, partido político ou associação.
 - (E) autoridade competente, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.
-
58. No TCE-CE ocorreu a vacância do cargo de Conselheiro. Esse fato gerou a necessidade da convocação de um Auditor Substituto para o exercício da função relativa ao cargo de Conselheiro até novo provimento. O Regimento Interno do TCE-CE prevê que essa convocação observará a ordem de preferência, será de forma alternada, mediante rodízio, e deverá ser feita pelo
- (A) Presidente do TCE-CE, pelo prazo de 30 dias.
 - (B) Presidente do TCE-CE, pelo prazo de 60 dias.
 - (C) Presidente do TCE-CE, pelo prazo de 90 dias.
 - (D) Plenário do TCE-CE, pelo prazo de 60 dias.
 - (E) Plenário do TCE-CE, pelo prazo de 90 dias.
-
59. Inclui-se, dentre as competências do Ministério Público Especial, solicitar a adoção de medidas judiciais para a indisponibilidade e arresto de bens dos responsáveis julgados em débito. Essa solicitação deve ser feita
- (A) à Procuradoria Geral do Estado.
 - (B) ao Governador.
 - (C) ao Presidente do TCE-CE.
 - (D) ao Plenário do TCE-CE.
 - (E) ao Ministério Público Estadual.
-
60. Foi submetido a uma Câmara do TCE-CE a apreciação da legalidade de ato sujeito a registro. Nesse caso, a deliberação da Câmara terá a forma de
- (A) ato normativo.
 - (B) instrução normativa.
 - (C) resolução.
 - (D) parecer.
 - (E) acórdão.
-
61. Um Conselheiro apresentou ao TCE-CE projeto concernente ao enunciado de súmula, para o qual foi nomeado um Relator. Em seguida, foram apresentados um projeto substitutivo de um outro Conselheiro e emendas, além de subemendas do próprio relator. Após a apreciação desses atos, a matéria será votada respeitada a seguinte ordem:
- (A) substitutivo de Conselheiro, projeto originário, subemendas do relator, emendas com parecer contrário e emendas com parecer favorável.
 - (B) substitutivo de Conselheiro, projeto originário, subemendas do relator, emendas com parecer favorável e emendas com parecer contrário.
 - (C) substitutivo de Conselheiro, projeto originário, emendas com parecer favorável, emendas com parecer contrário e subemendas do relator.
 - (D) projeto originário, substitutivo de Conselheiro, emendas com parecer favorável, emendas com parecer contrário e subemendas do relator.
 - (E) projeto originário, substitutivo de Conselheiro, subemendas do relator, emendas com parecer contrário e emendas com parecer favorável.



62. O TCE-CE tomou decisões da seguinte natureza:

- I. conversão de processos em tomada de contas especial.
- II. determinação de instauração de tomada de contas especial.
- III. determinação de realização de auditoria.
- IV. remessa ao Plenário de processo submetido às Câmaras.

Dessas decisões, o recurso de reconsideração

- (A) cabe no caso I.
- (B) cabe no caso II.
- (C) cabe no caso III.
- (D) cabe no caso IV.
- (E) não cabe em nenhum desses casos.

63. Os processos de tomadas e prestações de contas, recurso em tomadas e prestação de contas, registro do ato de concessão de pensão e registro do ato de admissão de pessoal por meio de concurso público têm tramitação preferencial e devem obedecer a seguinte ordem:

- (A) tomadas e prestações de contas, recurso em tomadas e prestação de contas, concessão de pensão e ato de admissão de pessoal.
- (B) tomadas e prestações de contas, concessão de pensão, ato de admissão de pessoal e recurso em tomadas e prestação de contas.
- (C) recurso em tomadas e prestação de contas, tomadas e prestações de contas, concessão de pensão e ato de admissão de pessoal.
- (D) recurso em tomadas e prestação de contas, tomadas e prestações de contas, ato de admissão de pessoal e concessão de pensão.
- (E) concessão de pensão, ato de admissão de pessoal, tomadas e prestações de contas e recurso em tomadas e prestação de contas.

64. A comissão permanente da Assembleia Legislativa, incumbida de emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, solicitou esclarecimentos à autoridade responsável em razão de indícios de investimentos não programados. Os esclarecimentos não foram prestados, fato que motivou solicitação ao TCE-CE para pronunciamento conclusivo sobre a matéria. Os prazos para o atendimento dessas solicitações são, respectivamente,

- (A) 15 dias e 15 dias.
- (B) 15 dias e 30 dias.
- (C) 5 dias e 15 dias.
- (D) 5 dias e 30 dias.
- (E) 5 dias e 60 dias.

65. Terá eficácia de título executivo a decisão do TCE-CE

- (A) relativa à emissão de parecer prévio.
- (B) relativa à admissão de pessoal.
- (C) sobre falha no planejamento.
- (D) ainda que não resulte imputação de indébito.
- (E) de que resulte imputação de indébito.

**Seguridade Social**

66. Em relação às disposições legais sobre organização e princípios da Seguridade Social previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:
- (A) Uma das diretrizes da Previdência Social é o seu caráter centralizado, com direção única em cada esfera de governo.
 - (B) As ações e serviços públicos de Saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
 - (C) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com natureza facultativa, solidária e contributiva.
 - (D) A promoção da integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos expressos da Previdência Social.
 - (E) Em razão da diversidade da base de financiamento, não há uniformidade e equivalência entre os benefícios às populações urbanas e rurais.
-
67. Sobre o sistema de custeio e financiamento da Seguridade Social no Brasil, nos termos da doutrina e da legislação pertinente, é INCORRETO afirmar:
- (A) O financiamento direto se dá mediante contribuições e o indireto mediante receitas orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (B) A receita dos concursos de prognósticos faz parte das contribuições sociais que custeiam a Seguridade Social.
 - (C) Nenhum benefício ou serviço será criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
 - (D) Não há previsão para contribuição social para o importador de bens ou serviços do exterior, mas apenas para o exportador.
 - (E) O pescador artesanal que exerce atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá mediante aplicação de uma alíquota sobre a comercialização da produção.
-
68. Afrodite é segurada do Regime Geral da Previdência Social. Mantém união estável como entidade familiar com Thor e possui um filho Hermes de 27 anos. Em sua residência também habitam o seu pai Ulisses de 64 anos e a sua irmã Medusa, não emancipada, de 17 anos. Considerando as regras contidas no Plano de Benefícios da Previdência Social, será considerado segurado de primeira classe e será presumida a dependência econômica, respectivamente, de
- (A) Thor e Thor.
 - (B) Thor e Ulisses.
 - (C) Ulisses e Medusa.
 - (D) Hermes e Medusa.
 - (E) Hermes e Hermes.
-
69. A Lei nº 8.213/1991 institui benefícios aos segurados e seus dependentes, bem como requisitos para sua concessão, dentre eles a carência relacionada à quantidade mínima de contribuições, que nos casos de aposentadoria por invalidez comum e aposentadoria por idade, para filiados após a edição da referida lei, são correta e respectivamente de
- (A) 12 e 120.
 - (B) 10 e 60.
 - (C) 12 e 180.
 - (D) 60 e 120.
 - (E) dispensada e 180.
-
70. Sobre as regras previstas na Constituição Federal em relação aos regimes previdenciários, é correto afirmar:
- (A) A contributividade, a solidariedade, a filiação prévia e obrigatória e a necessidade de preexistência de custeio são características presentes apenas no regime geral de previdência social e não estão previstas para o regime próprio de previdência social.
 - (B) Será sempre permitida a filiação ao regime geral da previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
 - (C) O regime de previdência complementar será instituído por entes privados, de caráter substitutivo e vinculado às regras da previdência social, natureza solidária, obrigatório e de repartição simples.
 - (D) O sistema especial de inclusão previdenciária está previsto para atender exclusivamente a trabalhadores de baixa renda, com alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral previdenciário.
 - (E) É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração pública e na atividade privada, hipótese em que haverá compensação financeira entre os diversos regimes previdenciários.



Contabilidade

71. A empresa Comercial de Produtos Populares S.A. adquiriu, em 31/10/2013, mercadorias para serem comercializadas. A aquisição foi realizada a prazo para pagamento em junho de 2015 e o valor a ser pago na data do vencimento é R\$ 980.000,00, mas se a empresa tivesse adquirido estas mercadorias à vista teria pagado R\$ 800.000,00. Em 30/11/2013, a Comercial de Produtos Populares S.A. vendeu 50% dessas mercadorias por R\$ 700.000,00, para serem recebidos integralmente em julho de 2015. Se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista a empresa venderia por R\$ 480.000,00. Sabe-se que, se a empresa fosse liquidar a dívida com o fornecedor em 31/12/2013 pagaria R\$ 808.000,00 e se o cliente antecipasse o pagamento do valor da venda nesta data a empresa receberia R\$ 489.600,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a Comercial de Produtos Populares S.A. reconheceu, no resultado de 2013,
- (A) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 210.000,00.
 (B) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 300.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 8.000,00.
 (C) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 80.000,00; Receita Financeira = R\$ 9.600,00 e Despesa Financeira = R\$ 8.000,00.
 (D) Resultado Bruto com Vendas = -R\$ 10.000,00 (prejuízo) e Receita Financeira = R\$ 9.600,00.
 (E) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 81.600,00.

72. Em 31/12/2010 a empresa Grande Estrutura S.A. adquiriu uma máquina por R\$ 5.000.000,00 à vista. A vida útil econômica da máquina estimada pela empresa na data de aquisição era 12 anos e valor residual esperado para a máquina no final do prazo de vida útil era R\$ 200.000,00. Em 30/06/2013, a empresa vendeu esta máquina por R\$ 3.700.000,00 à vista. Sabendo que a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação, o valor que foi evidenciado na Demonstração de Resultados de 2013, correspondente à venda da máquina, foi
- (A) prejuízo no valor de R\$ 100.000,00.
 (B) lucro no valor de R\$ 300.000,00.
 (C) lucro no valor de R\$ 100.000,00.
 (D) prejuízo no valor de R\$ 300.000,00.
 (E) prejuízo no valor de R\$ 1.300.000,00.

73. As informações sobre diversos processos movidos contra a empresa Riscos e Problemas S.A. são apresentadas na tabela a seguir, com a avaliação da área jurídica quanto à possibilidade de perda por parte da empresa. Sabe-se que ainda não ocorreu nenhuma audiência nem julgamento para qualquer das ações informadas. Estas informações serão utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2014:

Informações disponíveis em 31/12/2014		
Tipo de Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ações Trabalhistas	500.000	Provável
Ação Fiscal relativa ao IPI	1.800.000	Provável
Ação sobre danos ambientais	1.200.000	Remota
Ação Fiscal relativa ao ICMS	300.000	Possível
Ação Fiscal relativa ao PIS	1.200.000	Provável

Com base nas informações anteriores e sabendo que todos os valores estimados são confiáveis, o valor evidenciado como provisão no passivo no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 foi, em reais,

- (A) 5.000.000,00.
 (B) 3.800.000,00.
 (C) 300.000,00.
 (D) 0,00 (zero).
 (E) 3.500.000,00.
74. Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por desvalorização ("impairment") no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para a mesma marca e obteve as seguintes informações:
- Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.
 - Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.
- Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria
- (A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
 (B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.
 (C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.
 (D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
 (E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.



Instruções: Para responder às questões de números 75 a 78, considere os fatos relacionados, a seguir, referentes ao exercício financeiro de 2014 de uma Prefeitura Municipal:

- Previsão da receita e fixação da despesa referente à aprovação do orçamento com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 50.000.000,00
- Lançamento de receitas tributárias no valor de R\$ 16.000.000,00 e arrecadação no valor de R\$ 15.000.000,00
- Lançamento e Arrecadação de Transferências Correntes Intergovernamentais no valor de R\$ 20.000.000,00
- Lançamento e arrecadação de receitas de serviços no valor de R\$ 6.000.000,00
- Lançamento e arrecadação de outras receitas correntes – multas e juros no valor de R\$ 300.000,00
- Recebimento de créditos tributários inscritos em dívida ativa no valor de R\$ 1.000.000,00
- Recebimento de aluguéis no valor de R\$ 900.000,00, cujo direito já havia sido reconhecido pela contabilidade em 2013.
- Obtenção de operações de crédito de longo prazo no valor de R\$ 8.000.000,00
- Abertura de Créditos Adicionais Especiais no valor de R\$ 3.000.000,00, cujos recursos para cobertura foram oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior

- Empenho de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 28.000.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 1.200.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 4.500.000,00
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 3.000.000,00
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 13.500.000,00
 - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 1.300.000,00

- Liquidação de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 28.000.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 1.100.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 4.100.000,00
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 3.000.000,00
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 4.000.000,00
 - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 1.300.000,00

- Pagamento de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 25.000.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 900.000,00
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 3.700.000,00
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.800.000,00
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 3.500.000,00
 - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 850.000,00

- Pagamento de Restos a Pagar Processados (referentes à despesa corrente) no valor de R\$ 2.400.000,00
- Depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 5.000.000,00
- Devolução de Depósitos Cauções no valor de R\$ 550.000,00

Informação Adicional:

- Os fatos geradores das receitas de multas e juros ocorreram em 2014.
- A despesa com Pessoal e Encargos é relativa à manutenção das atividades governamentais.
- Do material de consumo adquirido, foram consumidos R\$ 3.900.000,00 em 2014 e não havia estoque inicial em 2014.
- Os serviços de terceiros (pessoa jurídica) referem-se à manutenção dos elevadores de um dos prédios da entidade pública e foram prestados em 2014.
- Os juros e encargos da dívida são referentes ao exercício de 2014.

75. Com base no regime de competência e considerando as demonstrações consolidadas do Município, o resultado patrimonial do exercício financeiro de 2014 foi superavitário, em reais,

- (A) 3.000.000,00.
- (B) 4.900.000,00.
- (C) 2.800.000,00.
- (D) 2.450.000,00.
- (E) 3.900.000,00.



76. No exercício de 2014, considerando as demonstrações consolidadas do Município, o Ativo foi, em reais,
- (A) reduzido em 2.200.000,00.
 - (B) aumentado em 12.800.000,00.
 - (C) aumentado em 15.700.000,00.
 - (D) aumentado em 49.550.000,00.
 - (E) aumentado em 21.700.000,00.
-
77. Considerando as demonstrações consolidadas do Município, na Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2014, o valor do caixa consumido pelas atividades de investimento foi, em reais,
- (A) 10.000.000,00.
 - (B) 7.000.000,00.
 - (C) 2.000.000,00.
 - (D) 6.300.000,00.
 - (E) 5.300.000,00.
-
78. Sobre as demonstrações consolidadas do Município referentes a 2014, é correto afirmar:
- (A) A receita realizada evidenciada no Balanço Orçamentário foi R\$ 52.200.000,00.
 - (B) A dotação atualizada evidenciada no Balanço Orçamentário foi R\$ 53.000.000,00.
 - (C) O resultado de execução orçamentária referente a 2014, conforme Lei nº 4.320/1964, foi superavitário em R\$ 9.700.000,00.
 - (D) O valor dos pagamentos extraorçamentários evidenciado no Balanço Financeiro foi R\$ 7.950.000,00.
 - (E) A variação do saldo em espécie evidenciada no Balanço Financeiro foi R\$ 14.450.000,00.
-
79. Para aprofundar aspectos tratados de forma preliminar durante a etapa de planejamento de uma auditoria operacional, foi formulada a questão: "A rede de atendimento do SUS está preparada para garantir o acesso da população à atenção de média e alta complexidade?" Esta questão é classificada como
- (A) confirmatória.
 - (B) normativa.
 - (C) avaliativa.
 - (D) exploratória.
 - (E) descritiva.
-
80. Sobre as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União, considere:
- I. Os auditores têm a obrigação de atuar sempre de maneira profissional e de manter altos níveis de profissionalismo na realização de seu trabalho e não devem realizar trabalhos para os quais não possuam a competência profissional necessária.
 - II. O auditor deverá declarar impedimento ou suspeição nas situações que possam afetar, ou parecer afetar, o desempenho de suas atribuições com independência e imparcialidade.
 - III. Os auditores não devem revelar a terceiros dados e informações obtidos no processo de auditoria, seja oralmente ou por escrito, exceto para cumprir as responsabilidades legais ou de outra natureza que correspondam a atribuições legais do Tribunal.
 - IV. Todo o trabalho de auditoria deve ser revisado pelo coordenador da equipe de auditoria, que possua perfil e competência profissional adequados ao trabalho, somente após todas as partes da auditoria estiverem concluídas e antes de o relatório ser emitido.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.

**Economia**

81. A fronteira de possibilidades de produção mostra que
- (A) existe uma combinação de bens que podem ser produzidos com uma combinação de trabalho, capital e tecnologia disponível.
 - (B) a tecnologia influencia os custos de oportunidades e sua atuação não depende da alocação de capital e trabalho.
 - (C) existe a lei dos retornos crescentes em escala.
 - (D) mudanças de preços afetam a tomada de decisão dos indivíduos.
 - (E) é possível mostrar a existência da lei de oferta e procura.
-
82. Se dois bens são consumidos juntos, tais bens são denominados
- (A) substitutos.
 - (B) inferiores.
 - (C) complementares.
 - (D) normais.
 - (E) de Giffen.
-
83. Uma queda em ambos – preço e quantidade – é devido
- (A) à queda da oferta, com a demanda constante.
 - (B) ao aumento da oferta, com a demanda constante.
 - (C) à queda da demanda, com a oferta constante.
 - (D) ao aumento da demanda, com a oferta constante.
 - (E) ao aumento da oferta e ao aumento da demanda.
-
84. A demanda varia
- (A) com a quantidade demandada.
 - (B) inversamente com o preço.
 - (C) inversamente com o preço de bens substitutos.
 - (D) diretamente com a população.
 - (E) inversamente com o preço dos bens complementares.
-
85. Em um país grande com intenso fluxo de capitais, o efeito de uma queda das taxas de juros é uma
- (A) depreciação cambial e redução da balança comercial (X-M).
 - (B) depreciação cambial e aumento da balança comercial (X-M).
 - (C) apreciação cambial e redução da balança comercial (X-M).
 - (D) apreciação cambial e aumento da balança comercial (X-M).
 - (E) apreciação cambial e aumento do déficit público.
-
86. Para combater uma inflação o governo pode
- (A) aumentar a demanda agregada o que pode levar a um aumento de desemprego.
 - (B) reduzir a oferta agregada o que pode levar a um aumento de desemprego.
 - (C) aumentar a demanda agregada o que pode levar a uma queda de desemprego.
 - (D) reduzir a demanda agregada o que pode levar a uma queda de desemprego.
 - (E) reduzir a demanda agregada o que pode levar a um aumento de desemprego.



87. Em um regime de concorrência perfeita, as curvas de demanda e de oferta de um bem são dadas, respectivamente, por:

$$Q_d = 1400 - 10 p$$

$$Q_o = 500 + 20 p$$

Onde:

Q_d – quantidade demandada

Q_o – quantidade ofertada

P – preço do bem

Houve um ganho tecnológico e a nova curva de oferta se deslocou para a direita, passando a ser $Q_o = 800 + 20 P$. Nesse caso,

- (A) o novo preço de mercado será R\$ 10,00 inferior ao preço inicial, e a nova quantidade de equilíbrio será de 1200.
 - (B) o novo preço de mercado será de R\$ 20,00 e a nova quantidade de equilíbrio será de 1000.
 - (C) a nova quantidade de equilíbrio será 200 unidades superior à quantidade original.
 - (D) a quantidade total demandada no mercado irá diminuir.
 - (E) o novo preço de mercado será igual a R\$ 60,00.
-
88. Em uma economia aberta de taxas de câmbio flutuante, suponha que o Banco Central aumente a taxa de juros, de modo que a taxa de juros doméstica se torne maior do que a taxa de juros internacional. O impacto da subida de juros tende a
- (A) reduzir exportações, reduzir consumo, reduzir PIB e apreciar o câmbio.
 - (B) aumentar exportações, reduzir consumo, reduzir PIB e apreciar o câmbio.
 - (C) reduzir exportações, reduzir consumo, reduzir PIB e depreciar o câmbio.
 - (D) reduzir exportações, reduzir consumo, aumentar PIB e apreciar o câmbio.
 - (E) reduzir exportações, aumentar consumo, reduzir PIB e apreciar o câmbio.
-
89. Determinado investidor, após ter comprado títulos públicos prefixados, soube, de antemão, com 100% de certeza, que o Banco Central subirá a taxa Selic no dia seguinte. Nesse caso, a melhor opção desse investidor é
- (A) vender dólar antes da decisão do Banco Central pois a alta de juros deverá levar a uma apreciação do real frente ao dólar.
 - (B) comprar mais títulos públicos antes da decisão do Banco Central pois o preço dos mesmos irá subir com a alta de juros.
 - (C) não fazer nada pois o preço dos títulos públicos não possui relação alguma com a taxa de juros determinada pelo Banco Central.
 - (D) vender os títulos públicos prefixados antes da decisão do Banco Central pois o preço dos mesmos irá cair com a alta de juros.
 - (E) comprar dólar pois a alta da taxa de juros deverá levar a uma depreciação do Real em relação ao dólar americano.
-
90. Diz-se que uma expansão em uma economia como a dos Estados Unidos tende a gerar expansões econômicas em outros países pois as
- (A) tarifas sobre produtos americanos nos EUA irão cair.
 - (B) exportações americanas irão aumentar.
 - (C) importações americanas irão cair.
 - (D) importações americanas irão aumentar.
 - (E) tarifas sobre produtos americanos nos EUA irão subir.

**Administração Pública**

91. Conforme esclarece Maria Sylvia Zanella di Pietro, *em sentido objetivo*, a *Administração Pública* abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo (In: **Direito Administrativo**, Atlas, 18. ed., p. 59). Para o exercício da função administrativa, afigura-se necessária a distribuição de competências, o que é feito mediante descentralização ou desconcentração, correspondendo esta última à
- (A) transferência de competências de uma pessoa jurídica para outra.
 - (B) distribuição de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica.
 - (C) criação de entidade autônoma para exercício da atividade destacada.
 - (D) delegação de competências do ente central para os entes federados.
 - (E) fixação de competências entre diferentes entes, emanada diretamente da Constituição Federal.
-
92. O modelo burocrático de gestão na Administração pública apresenta, como um dos traços que o diferenciam do modelo patrimonialista:
- (A) criação de cargos públicos na forma de prebendas, em substituição às anteriores sinecuras.
 - (B) inexistência de distinção entre o público e privado, com domínio da estrutura pública pelos detentores do poder.
 - (C) controle concentrado nos resultados e não mais nos processos e procedimentos administrativos.
 - (D) participação popular na avaliação da qualidade dos serviços públicos.
 - (E) meritocracia bem como o combate à corrupção e ao nepotismo.
-
93. Sobre os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade aplicados à Administração pública, considere:
- I. Uma ação pode se mostrar eficaz, quando alcança determinada meta preconizada pela Administração, porém não efetiva, caso não tenha significado atendimento pelo serviço prestado das necessidades do cidadão.
 - II. A atuação da Administração mostra-se eficiente quando se verifica o uso racional e econômico dos insumos na produção do correspondente bem ou serviço.
 - III. O impacto final de determinada ação pública mede-se pelo grau de satisfação do usuário e corresponde à sua eficácia, independentemente da eficiência medida pela avaliação de desempenho realizada pela própria Administração.
 - IV. Eficiência diz respeito à prestação do serviço e eficácia corresponde ao custo incorrido para a sua prestação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) I, II e IV.
-
94. *Accountability* é um dos temas relevantes na evolução da Administração pública. Como uma de suas dimensões ou tipos está a
- (A) horizontal, que ocorre através da fiscalização exercida pelos cidadãos sobre os governantes, por meio do voto e de mecanismos como referendo e plebiscito.
 - (B) vertical, consistente no exercício das competências fiscalizadoras e sancionatórias por órgãos autônomos dotados de tal competência.
 - (C) social, correspondente a um mecanismo de controle não eleitoral realizado pela sociedade civil, envolvendo associações, movimentos e mídia.
 - (D) fiscal, correspondente às medidas de ajustes que devem ser tomadas pelos governantes em situações de crise ou constrição.
 - (E) primária, que decorre das iniciativas tomadas espontaneamente pelos governantes, independentemente de determinação externa ou sancionatória, para justificar suas decisões perante a sociedade.
-
95. O denominado programa de publicização implementado no bojo do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado corresponde à
- (A) transferência de serviços não exclusivos do Estado, como Saúde, do setor estatal para o setor público não estatal, passando tais serviços a ser exercidos por entidades que assumem a forma de Organizações Sociais.
 - (B) retomada, pelo Estado, de atividades anteriormente delegadas à iniciativa privada, em caráter subsidiário, tais como Educação e Saúde.
 - (C) estatização de empresas consideradas estratégicas de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos governamentais para o setor correspondente.
 - (D) reavaliação do processo de privatização, deixando a cargo do setor privado apenas as atividades que não envolvam prestação de serviços públicos essenciais.
 - (E) criação de agências reguladoras para atuarem na fiscalização e normatização de atividades que passaram a ser desempenhadas pelo setor privado mediante concessão ou autorização.



96. Entre os objetivos almejados com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, inclui-se:
- (A) desburocratizar as atividades administrativas, simplificando procedimentos e reduzindo custos.
 - (B) reorganizar a Administração pública, racionalizando métodos, processos e procedimentos administrativos.
 - (C) descentralizar a atividade administrativa, com a criação de empresas públicas e autarquias, objetivando a flexibilização das regras de contratação de pessoal.
 - (D) substituir o controle prévio das entidades e dos gestores pelo controle por resultados e acompanhamento finalístico.
 - (E) instituir uma política consistente de recursos humanos, envolvendo a capacitação e remuneração por resultados.

97. Considere as seguintes definições sobre governança e governabilidade:

- I. Governabilidade refere-se ao poder político em si e consiste na capacidade política de governar derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade.
- II. Governança pública pode envolver a forma como o Estado se organiza para prestar serviços à sociedade e é instrumental em relação à governabilidade.
- III. Governabilidade é a capacidade de decidir e de implementar políticas públicas, relacionando-se exclusivamente à competência técnica da máquina administrativa e condições econômicas vigentes.
- IV. Governança corresponde aos mecanismos de avaliação das políticas públicas vinculada ao correspondente planejamento estratégico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

98. O processo de avaliação ou mensuração de desempenho na Administração pública envolve, necessariamente, a utilização de indicadores, os quais

- (A) medem, exclusivamente, o grau de satisfação do usuário do serviço público em relação a cada órgão ou entidade.
- (B) consistem na definição das políticas públicas aplicáveis ao órgão avaliado.
- (C) orientam os objetivos a serem perseguidos pelo órgão ou entidade, e estabelecem a sequência de ações a serem implementadas.
- (D) traduzem os objetivos em medidas concretas que permitem aferir em que grau os mesmos foram ou estão sendo alcançados.
- (E) preconizam as medidas concretas a serem implementadas pelos gestores de acordo com o planejamento estratégico fixado para a entidade.

99. NÃO diz respeito ao modelo gerencial de gestão da Administração pública:

- (A) controle *a posteriori* dos resultados.
- (B) descentralização e redução dos níveis hierárquicos.
- (C) competição administrativa no interior do próprio Estado.
- (D) verticalização das estruturas e separação entre esferas de decisão e de execução.
- (E) terceirização de atividades auxiliares ou de apoio.

100. O conceito de gestão por resultados na Administração pública contempla:

- I. fortalecimento do planejamento orientando a atuação administrativa e sua maior integração com o orçamento público.
- II. obrigatoriedade de adoção de remuneração por resultados.
- III. fixação de metas e indicadores de desempenho.
- IV. definição de visão e missão da entidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.